

Forte do Presépio – Espaço, Memória Educação e Tecnologia

Saint-Clair Gonçalves Dias
Museu do Forte do Presépio
sclair@bol.com.br

Para as nossas reflexões, selecionamos um fragmento do livro de registro do restauro do Forte do Presépio, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, a partir de um artigo da Doutora Renata Malcher de Araujo, arquiteta, doutora em história da arte pela Universidade Nova de Lisboa e professora da Universidade de Algarve.

“(…) e dahi se mandou fazer de novo outra fortaleza na bocca do rio Amazonas, q’ he o que demarca o Brazil do outro continente do Peru. Para este descobrimento nomeou Sua Magestade por Capp. Mor Francisco de Castello Branco, com o título de Descobridor e primeiro conquistador do dito rio, e por piloto mor a António Vicente. Partiu do Maranhão a 25 de Dezembro de 1615, tomarão porto na bocca do rio em altura de hum grao e meyo da banda do Sul, onde fundarão um Forte a q’ puzerão nome: Presépio de Bellem por partirem dia de Natal p^a esta empreza, e à Região chamarão: Felis Luzitania”.
FARIA, Manuel Severim de. Historia Portugueza e de outras províncias do Occidente desde o anno de 1610 até o de 1640 da Felice aclamação de El Rey Dom João o 4.

O documento deixa claro que Belém se dá ao privilégio de ver a sua própria história testemunhada por uma Fortificação e de não ter suas origens veladas pelo tempo; ao contrário, registradas nas linhas de um documento como o de Manuel Severim de Faria.

Além da clareza apresentada na relação nominal dos fundadores, na reconstituição da viagem, da intenção da demarcação territorial, sem perder de vista que era o Rio Amazonas o foco da conquista; o texto se apresenta como objeto de reflexão para o simbolismo velado na relação do nome do Forte com a intencionalidade do dia da partida. Feliz Lusitânia, o nome dado à região, só vem ratificar a carga simbólica atribuída ao Forte do Presépio como berço histórico da Cidade de Belém, ligando-se assim ao renascimento de Portugal em plena Amazônia.

Quanto à escolha da localização do Forte, é provável que esteja relacionada aos objetivos de controlar o rio e ocupar a terra. Pois, àquela época, portugueses, holandeses e franceses se lançavam além mar, com as mesmas intenções, impulsionados basicamente pela crise dos metais.

Portanto, à Foz do Amazonas, na parte mais alta do território e no final de uma enseada, seria estrategicamente o lugar indicado para a construção de um forte que já nascia com vocação militar, prevendo que os inimigos poderiam desafiá-lo.

Os textos especializados nos apontam e os registros das escavações realizadas in loco ratificam que a fortificação se armara prevendo um eventual combate contra holandeses e franceses, que nunca aconteceu. Entretanto, estas mesmas armas terminariam sendo utilizadas contra os Índios Tupinambás, legítimos proprietários da terra e, posteriormente, contra os Cabanos que defendiam seus ideais de mudanças.

Com as possibilidades de ameaças estrangeiras contra Salvador, Rio de Janeiro e outras cidades de significativa expressão na economia colonial, Belém chegou a ser cogitada como provável capital alternativa do Brasil e a bateria do Castelo seria dotada de artilharia mais moderna com canhões raiados de fabricação inglesa.

De acordo com o livro de registro citado no início deste texto, dentre as muitas transformações e acontecimentos da época destacam-se:

Início da construção em 1616. Uma edificação em madeira com a participação da mão de obra dos índios tupinambás, seguida da transferência da primeira capela para a área externa do forte em 1617 que, segundo MEIRA 1976, foi chamada de Capela do Santo Cristo.

Os próprios Tupinambás que haveriam contribuído para a construção do Forte, o atacariam

em 1619, afirma VIANNA 1905. Será reconstruído em taipa de pilão na administração de Bento Maciel Parente, entre 1621 e 1626 (MEIRA, 1976, v.1, p. 40).

CRUZ, 1973, aponta que depois de reedificado na configuração retangular em 1622, também na administração de Bento M. Parente, o Forte amarga um longo período de abandono e descaso até que chegue em 1721 a ordem do Rei para reparar os Fortes de Belém.

De acordo com os Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, t. II Doe. 31 pp. 50/51, o Forte do Castelo passaria a funcionar pela primeira vez como hospital em 1753, para atender mais de 300 pessoas acometidas de um surto epidêmico na viagem da metrópole portuguesa para Belém.

A partir de 1759 passa a funcionar como hospital militar, o Hospital do Castelo, conforme BAENA, 1838. Esta função não perdura muito, uma vez que em 1768 o governador Fernando da Costa Ataíde Teive compra do proprietário de engenho Domingos Bacelar, o imóvel que viria sediar o Hospital militar, e que hoje é conhecido como Casa das Onze Janelas.

FIGUEIREDO, 1956 nos diz que enquanto uma cortina de taipa de pilão é levantada em 1773, em 1774 Felipe Patroni e João Marques de Souza são recolhidos a uma das prisões do Forte, por estarem envolvidos na conspiração e nos ataques do jornal *O Paraense* contra os dominadores portugueses.

Devido ao estado de abandono em que se encontrava o Forte foi desarmado em 1832, o que para FIGUEIREDO 1956, contribuiria para que Movimento Cabano se apropriasse das instalações em 1835 transformando-o em aquartelamento de resistência contra a dominação portuguesa.

Carta imperial datada de 1858 autorizaria reparos incluindo a ponte sobre o fosso, casas e quartéis para soldados, porão e muralhas de cantaria para o lado do mar e que, de acordo com BARROSO 1958, fundamentado em uma inscrição na entrada em uma parede de 2,5m de espessura, após um longo período de abandono e descaso, melhoramentos são realizados em 1863.

VIANNA, 1905, afirma que em 1876 instala-se no Forte o Arsenal de Guerra, por determinação do então Ministro da Guerra; enquanto que, de acordo com CRUZ, 1973, o Ministério da Guerra determinaria a retirada do Arsenal de Guerra do local no ano seguinte. Mas, por conta do avultado número de flagelados enfermos que chegavam do nordeste, o Forte do Castelo volta ser utilizado para fins hospitalares em 1878.

Com a finalidade de executar obras de melhoramento no porto de Belém, o Governo Federal autoriza em 1907 a empresa privada Port of Pará a se instalar no Forte do Castelo e fazer as transformações que lhe fossem convenientes, desde que se comprometesse, devolve-lo com as muralhas reconstruídas e reformá-lo ao nível em que recebeu. “O Forte serviu, portanto, como dependência de uma empresa estrangeira, o que constitui por certo a mais estranha das suas serventias.” (VIEIRA Barroso. *O Forte do Castelo - sua breve história*. 2a ed. Belém, 1958, p.64).

Com os edifícios habitados por civis que foram citados a desocupá-los em setenta e duas horas, o Forte volta ao domínio militar em 1920, até que em 1962 foi tombado pelo IPHAN, bastante descaracterizado, vindo a transformar-se em ponto turístico da cidade, acomodando o Círculo Militar de Belém, com bar, boite e restaurante de comidas típicas.

A partir de 1997 deixa de sediar o Círculo Militar e se inicia uma intervenção arquitetônica no sentido de transformá-lo em um Espaço Cultural.

Acredita-se que todas essas informações são de significativa importância para subsidiar reflexões sobre as transformações que vêm ocorrendo no Espaço desde a década de 90, já como parte integrante do Projeto Feliz Lusitânia; um projeto que discute processo de ocupação da Amazônia e do Pará através dos complexos arquitetônicos da cidade dos séculos XVII e XVIII.

Com a revitalização do núcleo histórico, inicia-se então aquilo que o próprio autor do projeto denominou de “cenário museológico”, o Sistema Integrado de Museus e Memoriais, conforme descreve-se a seguir:

Na Igreja Barroca de Santo Alexandre e o antigo Palácio Episcopal, com um rico acervo de imaginárias e objetos litúrgicos, encontra-se o **Museu de Arte Sacra**; tendo ao seu térreo a sala Augusto Fidanza para abrigar exposições temporárias.

Em um dos edifícios construídos pelo arquiteto Antonio Landi, no século XVIII, com um rico acervo histórico em telas, mobiliário de época e objetos de interior no estilo art-nouveau, temos o **Museu Histórico do Estado do Pará** que também apresenta salas para exposições de curta e média duração.

Considerado pela crítica especializada como referência em arte moderna e contemporânea para o Norte e Nordeste, o **Museu da Casa das Onze Janelas**, além das salas com exposições de longa duração, realiza mostras que permitem que o artista discuta a arte que está sendo produzida na contemporaneidade, ousando em suas experimentações e apresentando o processo de suas pesquisas.

Procurando preservar a memória audiovisual do Estado, o **Museu da Imagem e do Som** possui em seu acervo coleções de películas, vídeos, fitas de áudio e vinis, que a partir desta linguagem, testemunharam a história cultural do Pará.

A memória da religiosidade paraense e as reflexões que dela poderão emergir poderão partir do **Museu do Círio**, composto por salas expositivas contextualizando historicamente e antropologicamente o Círio de Nazaré nos seus diversos aspectos: religioso, social, cultural e econômico.

Em parceria com o IV Distrito Naval da Marinha do Brasil, o SIM através do **Museu Corveta Rio Solimões** encontra uma narrativa para a história de sua navegação pelos rios da Amazônia desde 1954 até a sua conversão em museu.

A história da gemologia do Estado do Pará e da América Latina é apresentada através do **Museu de Gemas** que, em seu acervo apresenta peças com até 500 milhões de anos, entre ametistas, diamantes, esmeraldas, além de mostras de ouro, cerâmica tapajônica, cerâmica marajoara e muiraquitãs.

A história dos transportes fluviais na região, destacando-se a presença da Marinha Brasileira nos importantes acontecimentos históricos é objeto de reflexão no **Memorial Amazônico da Navegação**.

A exposição de instrumentos náuticos, documentação histórica e peças arqueológicas da cultura material dos séculos XVII ao XX compõem o **Memorial do Porto**.

Como recomendam as cartas patrimoniais vigentes, tanto nos espaços supra citados como no caso específico do **Forte do Presépio**, objeto do presente texto, a intervenção foi precedida de uma pesquisa que se iniciou pelos arquivos públicos em busca de referências que pudessem facilitar o serviço de arqueologia urbana no local. Feitos também, registros fotográficos antes, durante e depois da restauração, como recomendam as convenções apoiadas nas cartas de restauro. Para não perder de vista as convenções internacionais sobre pesquisa científica, o resultado se transformou numa publicação, cujo conteúdo foi de significativa importância como aporte teórico para a elaboração deste texto.

Se por um lado as plantas da época encontradas nos arquivos públicos norteavam os pesquisadores sobre a localização das estruturas de fundação que se encontravam abaixo de várias camadas de piso, por outro, as escavações realizadas e a descoberta de vestígios de anteriores ocupações indígenas e de material arqueológico das mais variadas espécies e camadas temporais, evidenciariam fragmentos da história e camadas de nossa memória que só viriam confirmar a importância da transformação que sofreu o espaço para que hoje pudesse abrigar, o sítio arqueológico onde afloram as estruturas de sua fundação a partir da concepção arquitetônica de 1824 e o museu com um acervo constituído de peças produzidas por povos de procedência de vários pontos da Amazônia, tais como machados de pedra, cerâmicas das culturas, Marajoara e Tapajônica, além dos emblemáticos Muiraquitãs.

Compartilham o mesmo espaço museológico, fragmentos da cultura européia dos

colonizadores, encontrados na área do Forte, através da pesquisa arqueológica no local, tais como: artefatos bélicos variados e de diversos calibres, destinados aos inimigos, caso resolvessem desafiá-los e, que terminariam sendo usados contra os próprios índios que ajudaram no processo de construção do Forte; botões de fardamentos, medalhas, esculturas em osso, garrafas de bebidas, vidros de perfume, tinteiros, fragmentos de porcelanas; cachimbos de cerâmica com motivos barrocos e de caulim com linhas **neoclássicas**, demarcando o lento processo de hibridização da cultura cabocla.

A considerarmos o Museu como um grande livro onde cada vitrine de objetos expostos constitui um capítulo desse livro, o seu índice seria um corte estratigráfico abaixo dos limites do piso original, de acordo com a planta de 1824. Neste sentido, cada camada revelada é uma camada de nossa memória que reflete o antes, o durante e o depois do processo de colonização. Um recorte que na sua camada mais profunda revelaria o que provavelmente se encontra por toda a extensão do Museu; que na camada intermediária evidenciaria o piso de pedra aparelhadas da fundação, de acordo com a planta de 1824 e, na sua camada mais superficial, o piso em tijoleira; interfeência militar do século XIX.

O complexo arquitetônico que constitui o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia – denominação diretamente relacionada às mesmas razões apontadas no início deste texto – compreende a Igreja de Santo Alexandre, oito edificações anexas à igreja, Casa das Onze Janelas, anexos, jardins, entornos e o Forte do Presépio, objeto das presentes reflexões.

Portanto, o Forte do Presépio é parte integrante do Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, que faz parte do Sistema Integrado de Museus e Memoriais e que está vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Pará. Assim, suas ações estão subordinadas ao sistema do qual faz parte, dividido em sete coordenações:

Coordenação de Conservação e Restauro que além de planejar e coordenar a conservação e a restauração do patrimônio sob a guarda do SIM, desenvolve oficinas de atualização de técnicas e procedimentos de restauração e conservação preventivas, como forma de difundir o conhecimento.

Coordenação de Documentação e Pesquisa, responsável pelo registro documental e pelo desenvolvimento de pesquisas sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico do SIM, pelo inventário das coleções e pelo processo de aquisição de obras e pelos trâmites internos e externos ao acervo.

Coordenação de Fomento dos Espaços Culturais, que implementa as ações e os serviços relativos à difusão cultural dos museus e administra as ações de apoio às atividades museológicas.

Coordenação de Infra-estrutura, faz o acompanhamento e a avaliação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, de alarmes, de instrução e detecção de incêndios, hidro-sanitários, de refrigeração, monitoramentos eletrônicos, jardinagem, paisagismo, irrigação, limpeza e de coleta de resíduos sólidos e industriais.

Coordenação de curadoria e Montagem, responsável pela elaboração e execução dos projetos de montagem das exposições de longa, média e curta duração e, pelos projetos de leitura das mostras e concepção expográfica.

Núcleo de Projetos Culturais e Museais, assessora e executa projetos culturais por meio de planejamentos, avaliação, produção, elaboração e captação de recursos.

Coordenação de educação e extensão, responsável pelas ações educativas e de extensão do SIM, desenvolvendo ações nas unidades escolares em todos os níveis, organizações não governamentais e demais grupos organizados, procurando valorizar e promover as identidades locais e preservar o patrimônio cultural, através da educação patrimonial.

Assim, a coordenação de educação vai muito mais além do atendimento em museus, desdobrando-se em uma série de atividades incluídas no programa **Educar e Presenvar**, compostas pelos projetos, **Museu-Escola**, **Museu Cidadão** e **Interação Museu-Portadores de Necessidades Especiais**.

O projeto Museu-Escola preconiza ações educativas interdisciplinares planejadas pelos educadores dos museus em parceria com os professores das escolas, desenvolvidas através de visitas orientadas presenciais, ou virtuais, através de videoconferências, buscando a integração da escola com os museus. Neste sentido, as parcerias entre Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e a rede privada de ensino, são de profunda relevância para o bom desempenho do projeto.

O Projeto Museu Cidadão é um trabalho de extensão que busca a comunidade em geral, procurando atrair um novo público aos museus e estender as suas ações educativas para fora da capital paraense. Aqui, também são de significativa importância as parcerias com as secretarias supracitadas, bem como, Associação dos Amigos dos Museus, Centros Comunitários, Empresas de Transportes e outros.

O Projeto Interação Museu-Portadores de Necessidades Especiais tem por finalidade difundir as ações museológicas e viabilizar o acesso das pessoas com necessidades especiais nos museus.

Não seria demais pensar-se que, a exemplo da revolução industrial, estamos vivendo uma revolução digital, que de uma forma ou de outra reflete um padrão de descontinuidade nas bases da sociedade e se descortinando, portanto, na própria educação, seja ela formal ou, informal como no caso dos museus.

Com o advento dessas novas tecnologias e no corpo desse grande projeto Feliz Lusitânia, o Forte do Presépio enquanto espaço cultural, se apropria dessa nova forma de exploração do espaço através de videoconferências, blogs, site e outras formas de interação virtuais que acabam reduzindo os distanciamentos sociais e geográficos, muito comuns na região amazônica.

Dessa forma, o espaço em sua organização procura cumprir o seu papel como um lugar que visa a dessacralização da cultura pensando o patrimônio, a memória, a educação e a extensão a partir de duas formas de visitantes, o presencial e o virtual.

ANEXO

1616 • Edificado em madeira

"Ajudados pelos tupinambás, levantou-se uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando, um parapeto do lado do mar, onde se montaram dez peças de artilharia das que trouxeram da frota".

Obs.: esta descrição acha-se em Fr. Agostinho de Santa Maria, Pe. Jacintho de Carvalho, Pe. José de Moraes, Frei Santa Maria Jaboatão, Aires do Casal, Constâncio Abreu Lima, James Handerson, David Warden, Manuel Barata, etc.

- O Capitão Francisco Frias da Mesquita, engenheiro mor do Brasil, traçou o plano do forte. (GENU, 1929).

- Em seu interior foram construídos uma capela e alguns casebres para abrigar os soldados (CRUZ, 1973, apud BRAGA, Teodoro. A Fundação da Cidade de Belém).

- "Como era comum naquele tempo, Francisco Caldeira Castelo Branco, no dia seguinte (13. 01.1616) inicia a construção de um pequeno forte, edificado a pau-a-pique e coberto com folhas de palmeiras".

"Diversas peças foram sobre ele assentadas, inclusive duas encontradas nas imediações, deixadas por La Ravardièrre¹. No seu interior foi erguida uma capela, sob a invocação de N. Sra. das Graças".

"Ao forte foi dado o nome de São José, para depois ser mudado para Presépio e, em seguida, para Castelo do Senhor Santo Cristo" (BARROSO, p. 18 e 19).

1617 • Transferida a 1ª capela para a área externa do forte. Passou a ser chamada Capela do Santo Cristo (MEIRA, 1976, p. 61).

1621/26 • Ainda sob a administração de Bento Maciel Parente foi reconstruído o Forte do Presépio em taipa de pilão "con portados de cal y canto, y petição dirigida por Bento Maciel Parente ao rei do Portugal D. Philippe III". Doc. originais - Cel. C. Mendes (MEIRA, 1976, v.1, p. 40).

¹ Título do experiente Capitão da Marinha Francesa do século XVII, Daniel de La Touche. Nobre, de religião protestante, liderou a expedição francesa que, em 1612, deu início as pretensões de colonização no Norte do Brasil.

• "Na ocasião foi construída ali uma capela ao Santo Cristo também a taipa do pilão. Ficava situada ao lado ocidental da Praça da Matriz para onde fazia frente, entre o fosso do forte e o ângulo setentrional do prédio (posteriormente edificado) de Domingos Bacelar..." (BARATA, Manuel, apud MEIRA, 1976, v. 1, p. 133).

• "Bento Maciel que foi Senhor Capitão Mor da Capitania do Pará, de 1621 a 1626, depois do ter mandado reconstruir o forte [...], fazendo-o de pilão da parte do mar e do rio Piry-Una, e de cestões da parte de terra onde haviam habitações [...]": Frei Christovão de Lisboa em Razões das Causas do Estado do Maranhão (LISBOA, 1648, p. 134 apud GENÚ, Almeida Anuário de Belém, 1616=1916, apud MEIRA, 1976, v.1, p. 201-203).

• Bento M. Parente dá forma quadrada à construção, reveste-a com paredes de taipa-de-pilão (1623). (GENÚ, 1929).

1622 • Bento M. Parente manda reedificar o forte, já arruinado, conferindo-lhe forma quadrangular. (BARROSO, s.d.).

• "Na parte extrema e justa fluvial do lugar em que estava aquella cerca de madeira, fez Bento M. Parente construir em 1622, um forte de tapias de pilon, con podadas de cal y canto, y trez baluartes con su cavas, y mas fortificaciones a lo moderno" como escreve, textualmente, o mesmo Maciel Parente, no seu memorial apresentado a Felipe IV (1627). Pesquisas de Manuel Barata In: LAET, Johan de. Novo Mundo (1633 a 1640), descrevendo o forte; TEIXEIRA, Pedro, 1638. Relação de Viagem enviada de Quito a Lima ao Vice-Rei do Peru. (BARATA, 1931).

1624 • "A Fortaleza da Cidade de Belém (antigo Forte do Presépio) levantada por Bento Maciel Parente era de taipa de pilão, com 90 braças de muralha pela parte da terra, de sete palmos de grossura, e 17 de altura, com 3 baluartes e petriles (sic) todo de hormigon (sic) com suas guaritas planchadas e reparos, corpo de guarda, cestones (sic) alongamentos, portadas de cal y canto, armazens para munições e fora della outro armazém de respeito (sic)".

• Sai na obra "Relaçan Sumaria das Coysas do Maranhão", escrita pelo capitão Symão Estacio da Silveira. Dirigida aos pobres deste Reyno de Portugal. Lisboa, 07.03.1624. (BARATA, 1921).

1630 • Segundo informação prestada à Corte por Bento Maciel Parente, Governador do Estado, o Forte encontra-se "desmantelado". Solicita no documento a sua restauração. Informação de Bento Maciel Parente prestada à corte em Madri, no ano de 1630. Manuscrito da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Pasta 1, doc. n. 3 da Coleção Biblioteca e Arquivo Público do Pará. (CRUZ, 1973).

1647 • O Forte permanece abandonado. Carta remetida à Corte Portuguesa, datada de 02.01.1647, por Sebastião Lucena de Azevedo, Capitão-mor do Pará. Documento da coleção de manuscritos do A. H. U. de Lisboa. Cópia na Biblioteca e Arquivo Público do Pará. (CRUZ, 1973)

1695 • Esteve no Maranhão o Pe. Jacintho de Carvalho, pela primeira vez e escreveu Fragmentos de uma Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão. Diz ele que "Castelo Branco levantara um forte de madeira no mesmo local em que se via uma fortaleza arruinada". (O documento não tem data precisa) (VIANA, 1905).

1720 • 20. 05.1720 - Francisco Galvão da Fonseca, Provedor da Fazenda Real do Pará comunica ao rei "que a Fortaleza permanecia demolida". (VIANNA, 1905, apud CRUZ, 1973, p. 23).

1721 • 30.05.1721 - Vem a ordem do Rei para reparar os Fortes de Belém e das demais capitánias. Alvarás, Cartas Régias e Decisões de 30.05.1721. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará - tomo 1. doc. n. 133, p. 182 (CRUZ, 1973).

• "... Se levantasse sobre as ruínas da fortaleza de taipa, que substituirá o Presépio, o Castelo do Senhor Santo Cristo". (VIANNA, 1905).

1728 • Contratado em Lisboa o pedreiro Francisco Martins para vir ao Pará reparar a fortificação.

• Também designado Carlos Rolim, Engo de Fortificações para vir ao Pará e comandar os trabalhos de recuperação das fortificações.

- "Entretanto não se fez uma obra sólida, capaz de persistir secularmente; a muralha para sustentar a terra e defendê-la das águas não foi executada com pedra e cal, de modo que ali não se fizeram contínuos reparos".

- "O Castelo, tal como hoje o vemos, é obra muito mais próxima de nós, executada já posteriormente ao advento de nossa independência, sob um plano muito mais vasto. O que ali se fez nada mais era que uma bateria, incompatível com os pomposos títulos de fortaleza e castelo." (VIANNA, 1905, p. 230-273).

- "Seria essa, portanto, a terceira obra levantada naquele local. Reconstrução precária, não duraria por muito tempo, como adiante veremos, sendo, por várias vezes substituída por melhores tipos de construção". (MEIRA, 1976, v. 2, p.486).

- Sobre as obras feitas no Forte, em 1728, sob a direção do Sargento-mor e engenheiro das fortificações Carlos Varjão Rolim: Essa reedificação perdurou não só até 1822, ano da Independência do Brasil, mas estendeu-se por mais uma década. (p. 605). *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil, 1929.*

1749 • (16 de março) Relatório de Carlos Varjão Rolim comunicando o desmoronamento das muralhas do Forte. (Códice 02 0.22/23 M.01 P.01 - Arquivo Público do Pará).

1751/59 • A oficialidade dos dous regimes de tropas regulares faz compromisso na ermida inaugurada do Senhor Santo Cristo, erguida de taipa-de-pilão na adjacência da Fortaleza principal da Cidade, que depois teve o nome de Castelo de S. Jorge, (BAENA, 1838).

1753 • Sendo que a gente que tirou da cidade de Belém era nella mui importante e necessária para a defesa della e da fortaleza e oje está desmantelada e fácil de tomar a qualquer inimigo que a for cometer. (BARATA, 1921, apud CRUZ, 1973).

- O Forte do Castelo funcionou como hospital pela 1ª vez, por ocasião da chegada de dois regimentos, vindos diretamente da metrópole portuguesa, a fim de guarnecerem as fortalezas locais. Um surto epidêmico ocorreria durante a viagem, de modo que "para mais de 300 pessoas" desembarcaram doentes, havendo necessidade de abrigá-las no Forte e na casa das canoas, onde passaram a ser medicadas, "por não haver aqui hospital" segundo documento da época (Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, t. II Doe. 31 pp. 50/51 citado em ("obras reunidas do Eidorfe Moreira" - Vol. VIII p. 78).

1759 • Por causa das ofensas do tempo, cortou-se o monte acomodando-se a mesma figura quadrangular (p. 25). Do livro manuscrito "Assentamentos dos Próprios Nacionais Existentes Província do Pará", organizado em 1839 por Lourenço Lucidoro da Mota (CRUZ, 1973).

1759/63 • "[...] estabelece o Hospital Militar no Castelo e não no sobredito hospício como lhe tinha sido designado pela Carta Régia de 18/06/1760" (BAENA, 1838).

1760 • "[...] se lhe acrescentou um pequeno redente que não foi concluído ..." Do livro manuscrito Assentamentos dos Próprios Nacionais Existentes Província do Pará, organizado em 1839 por Lourenço Lucidoro da Mota. (CRUZ, 1973).

1764 • "...Agora em caráter regular era o Forte novamente aproveitado para fins hospitalares, pois nele passou a funcionar o Hospital Militar que por isso chamou-se então "Hospital do Castelo ". Durou pouco a sua função como tal porquanto já em 1768 o governador Fernando da Costa Ataíde Teive anunciava haver adquirido novas acomodações para o hospital segundo informa Manoel Barata. Mas, ainda que haja funcionado nesta qualidade durante pouco tempo, nem por isso o Forte deixou de representar um marco da história hospitalar da capital paraense". (MOREIRA, Eidorfe. *Obras reunidas*. v. 8, p. 78).

1768 • O Governador Ataíde Teive comunicou ao Secretário de Estado a compra para o Hospital da casa de Domingos Bacelar, que se encontrava por concluir.

"Porque a maior parte dos soldados e índios do serviço de sua Majestade que infermando passão a curar-se no chamado Hospital do Castelo vinhão a falecer uns pelo mas [sic] comodo e muito calor que allí tem, sendo as casas pequenas e subterrâneas e outros se adiantarão tão pouco na saúde recahindo pelo infeccionado ar que naquele logar respirão com extraordinária despesa da Fazenda de sua Majestade ". (BARATA, 1921).

1773 • Levantada uma cortina de taipa de pilão. (FIGUEIREDO, Napoleão. *O Forte do Castelo, 1956*).

1774 • (14 de abril) - Felipe Patroni foi recolhido a umas de suas prisões (no Forte) e igual sorte teve João Marques de Souza, ambos envolvidos na conspiração e nos ataques que o jornal "O Paraense encetou contra os dominadores portugueses". (FIGUEIREDO, Napoleão. *O Forte do Castelo, 1956*).

1832 • Ordem Imperial para desarmamento dos fortes encontrou o Castelo já desarmado por ordem presidencial anterior, devido ao completo estado de ruínas em que se encontrava. Correspondência do Governo com a Corte, ofício de 14/06/1832, ao Ministro da Guerra. Vol. de 1830 a 1833. (VIA NA, 1905).

1835 • Igualmente teve o Forte do Castelo destaque no movimento revolucionário da Cabanagem.

Uma vez instalado o movimento em Belém os cabanos tomaram conta do Forte e o armaram com peças de artilharia ligeira e de campanha e, a 18 de fevereiro de 1835, Felix Clemente Malcher, então no Governo da Província, determinou que mais forças atacassem as de Vinagre, tendo este vencido o combate. As poucas forças de Malcher recolheram-se ao velho Forte e ali resistiram até o fim.

(...) Do Castelo, foram retiradas todas as peças de artilharia ali existentes, quando findo o movimento revolucionário, e muitas dessas peças são encontradas hoje no interior do Estado, nas proximidades das cidades principais, onde o movimento cabano tinha sido intenso. (FIGUEIREDO, 1956).

• (maio/junho) - Batalha dos cabanos sitiados no Forte do Castelo e no Forte São Pedro Nolasco contra a Fragata Imperatriz (Ofício de 7 de julho de 1835, do marechal ao Ministro da Guerra). (BARROSO, 1953).

1848 • Carta imperial autorizando reparos no forte:

Ponte sobre o fosso

Casas e quartéis para soldados

Porão e muralhas de cantaria para o lado do mar.

Obs. Serviço realizado em 1850 (p. 194). (BARROSO, s.d., apud CRUZ, Ernesto. Nos Bastidores da Cabanagem).

1850 • "Acha-se cercado de mato, e em completo desprezo e ruína; a muralha do revestimento no angulo saliente da parte do sul tinha abatido, porque as águas do rio tinham lhe corroído a base. Este forte é situada em posição vantajosa numa ponta saliente e elevada que domina perfeitamente o porto e o litoral da cidade.

Fiz limpar o recinto interior que estava obstruído de ruínas, e de mato, mandei-lhe por um novo podão, e construir uma ponte sobre o fosso, e quartéis para os guardas e trabalhadores. Atualmente se está construindo exteriormente uma forte muralha de cantaria, na parte lavada pelas águas do rio, para evitar novos desmoronamentos, e depois desta obra, restará unicamente reparar os parapeitos, que existem a barbeta, assentar no terra-pleno da bateria as competentes plataformas, completar os quartéis para a guarnição do fone, e limpar o fosso". 01/08/1850 - Relatório do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Grão-Pará ao Vice-presidente em exercício Dr. Ângelo Custódio Correa apud (CRUZ, 1973).

1863 • Melhoramento (inscrição na entrada e numa parede de 2,5m de espessura). (BARROSO, Vieira *Forte do Castelo, sua breve história*).

1876 • Aviso do Ministro da Guerra de 12/12/1876 para desarmar o Castelo e nele instalar o arsenal de Guerra (VIANNA, 1905).

1877 • Desartilhado por aviso do Ministério da Guerra, datado de 12/12/1876, p. 26 (CRUZ, 1973).

1878 • O forte do Castelo voltou a ser utilizado outra vez para fins hospitalares, desta vez por causa do avultado número de flagelados enfermos que chegavam do Nordeste. Esgotada a capacidade da Santa Casa de Misericórdia para acolhe-los, o jeito foi abrigá-los noutros locais, inclusive no Forte, onde aquela instituição caritativa instalou uma enfermaria provisória, inaugurando-a logo com 88 doentes, segundo informa Artur Viana, no seu clássico estudo sobre a referida Instituição. (MOREIRA, Eidorfe. Op. cit., p. 312).

1881 • Em 1881, na planta da Cidade de Belém levantada por Edmund Compton, o fosso ainda aparece com suas dimensões originais. Hipótese: A modificação teria sido motivada pela construção da quadra de esportes.

1905 • "O Castelo é hoje, com a barra de Macapá, uma antigualha sem préstimo, abandonada as injúrias do tempo" (CRUZ, 1973).

1907 • "O forte esteve sujeito a passar da esfera do poder público para a esfera privada. Tendência que culminou em 1907, quando ele foi entregue a Port of Pará, empresa organizada por Percival Farquhar, a quem o Governo Federal concedeu autorização, nos termos do Decreto nº 5018, de 18 de abril de 1906, para executar as obras de melhoramento do porto de Belém.

Através do Aviso nº 38, de 3 de abril de 1907, o Ministério da Guerra pôs o Forte à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que por sua vez o entregou à referida Empresa. O termo de entrega data de 4 do mesmo mês e ano, e nele consta que a empresa concessionária poderia 'arrazá-lo' desde que se comprometesse 'a restituí-lo com o nível atual do seu terra-pleno, e com as muralhas reconstruídas, de acordo com a decisão do Governo Federal que motivou esta entrega' ". De 4 de abril de 1907, quando foi assinado o termo de entrega, até 20 de novembro de 1920, data em que foi devolvido ao Ministério da Guerra, o Forte serviu, portanto, como dependência de uma empresa estrangeira, o que constitui por certo a mais estranha das suas serventias. (VIEIRA Barroso. *O Forte do Castelo - sua breve história*. 28 ed. Belém, 1958, p.64).

1920 • Termo de ocupação do Forte do Castelo: Do exame procedido pelos Oficiais presentes foi constatado não ter a Companhia "Port of Pará" no interior da fortificação material que se relacionasse com a construção das obras do porto, nem alterado as muralhas ou terrapleno da obra. A referida companhia construiu no pátio do Forte dois chalés de alvenaria de tijolo, medindo, o primeiro nove metros por onze do comprimento, coberto de telhas e assoalhado de madeira branca, o segundo tendo também um só pavimento com trinta e quatro metros de comprimento e com doze de largura, coberto de telhas e assoalhado de madeira branca: no recinto da fortificação um chalé com dois pavimentos, tendo onze metros de comprimento por nove e cinquenta de largura, coberto de telhas e assoalhado de madeira branca, construção de um pavimento medindo onze metros e cinquenta por oito de largura. Sobre um dos alojamentos do Forte, coberto de telhas, um pequeno banheiro e latrina medindo 2,5 metros de largura por 3,5 m de comprimento: uma pequena escada de madeira com corrimão de ferro: no fosso da fortificação um barracão medindo dezessete metros e cinquenta por dezesseis de largura, para oficinas da Alfândega. Esgoto e canalização de água; um pequeno cimentado para jogo de tênis. Em tempo se declara que a Companhia "Port of Pará" fez a consolidação de um trecho da muralha na extensão de 15m de comprimento por 11,50m de altura.

Os edifícios estavam habitados por civis que foram citados a desocupá-los no prazo de setenta e duas horas, a contar da presente data e hora. Um dos chalés está em mau estado...

20 de novembro de 1920.

1962 • Tombamento do Forte do Castelo. (FIGUEIREDO, "*O Forte do Castelo*").

Referências

- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compendio das Eras da Província do Pará**, 1838.
- Barata, Manuel. **Apontamentos para as Efemérides Paraenses**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Tomo 90, vol.144, Rio de Janeiro,1921.
- _____ - **As primeiras ruas de Belém**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vol.6, Rio de Janeiro,1931.
- BARBOSA, Vieira – **Forte do Castelo – Sua breve História**. Belém, 1953.
- BRAGA, Teodoro. **A Fundação da Cidade de Belém**. S.D.
- CRUZ, Ernesto – **História de Belém**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973.
- GENU, Almeida. **Cidade de Santa Maria de Belém do Pará**. In Album da Colônia Portuguesa no Pará. Rio de Janeiro, 1929.
- MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. Volumes I e II, primeira edição. Belém, 1976.
- VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, 1905.
- VIEIRA, Barroso. **O Forte do Castelo - sua breve história**. 2a ed. Belém, 1958.